



Lisbon School
of Economics
& Management
Universidade de Lisboa

Mestrado

Desenvolvimento e Cooperação Internacional

Trabalho Final de Mestrado

DISSERTAÇÃO

**Acesso à educação para a igualdade de género:
o projeto da empresa Mozambikes**

Joana Sílvia Neto Cerqueira Bastos

Outubro, 2023

Mestrado

Desenvolvimento e Cooperação Internacional

Trabalho Final de Mestrado

DISSERTAÇÃO

**Acesso à educação para a igualdade de género:
o projeto da empresa Mozambikes**

Joana Sílvia Neto Cerqueira Bastos

Orientação:

Professora Doutora Sara Falcão Casaca

Outubro – 2023

what's the greatest lesson a woman should learn?

that since day one. she's already had everything
she needs within herself. it's the world that
convinced her she did not.

- rupi kaur



Agradecimentos

Gostaria de expressar a minha sincera gratidão a todas as pessoas que contribuíram de forma significativa para a realização desta dissertação. Este trabalho não teria sido possível sem o vosso apoio permanente, orientação e inspiração.

Primeiramente, quero agradecer à minha orientadora, Professora Doutora Sara Falcão Casaca, pela sua orientação constante, paciência e profissionalismo ao longo deste projeto. As suas valiosas sugestões desempenharam um papel fundamental na melhoria desta dissertação.

À minha família, quero expressar a minha gratidão profunda. O vosso apoio inabalável e incentivo são os pilares que me sustentam ao longo da minha vida. Cada conquista alcançada nesta dissertação é, em grande parte, um reflexo da educação e valores que me foram proporcionados.

Quero também estender o meu agradecimento com carácter especial à Mozambiques por terem permitido e facilitado a condução das entrevistas com as estudantes. A sua colaboração e incansável apoio em Moçambique foram essenciais para a realização deste projeto.

Por último, mas não menos importante, agradeço a todas as participantes deste estudo, tendo sido crucial a sua colaboração do mesmo. As suas perspetivas enriqueceram este trabalho e tornaram-no significativo não só a nível académico, mas também a nível pessoal.

Resumo

A presente dissertação reconhece a desigualdade de género como um desafio global persistente e destaca o contexto de Moçambique como o ponto central da investigação. A estrutura do trabalho é delineada por capítulos-chave que abordam o quadro político e normativo em Moçambique, as barreiras à igualdade de género, com foco no acesso à educação. O principal objetivo do estudo passa por verificar o impacto do uso da bicicleta no acesso à educação por parte das alunas moçambicanas. Com o intuito de responder a esta questão, foram conduzidas entrevistas a alunas que rececionaram uma bicicleta por parte da empresa Mozambikes, tendo procedido à respetiva análise de conteúdo.

Este estudo tem o potencial para contribuir para a compreensão das implicações no acesso à educação para uma maior igualdade de género em Moçambique, especificamente através do uso da bicicleta. As entrevistas realizadas às alunas apresentam dados valiosos sobre os efeitos tangíveis do projeto nas suas vidas e nas oportunidades educacionais.

PALAVRAS-CHAVE: Género; Educação; Moçambique; Mulheres; Raparigas; Desenvolvimento

Abstract

The present dissertation acknowledges gender inequality as a persistent global challenge and highlights the context of Mozambique as the central focus of the research. The structure of the work is outlined by key chapters that address the political and normative framework in Mozambique, the barriers to gender equality, focusing the access to education. The main objective of the study is to assess the impact of bicycle usage to access education for Mozambican female students. To address this question, interviews were conducted with female students who received bicycles from the company Mozambikes, and their content analysis was carried out.

This study has the potential to contribute to the understanding of the implications in education for gender equality in Mozambique, specifically using bicycles. The interviews conducted with the female students provide valuable data on the tangible effects of the project on their lives and educational opportunities.

KEYWORDS: Gender; Education; Mozambique; Women, Girls, Development.

Índice

Agradecimentos	ii
Resumo	iii
Abstract	iv
Índice	v
Lista de Quadros e Tabelas	vi
Introdução	1
1. Moçambique e a Desigualdade de Género: Enquadramento da Problemática	2
1.1. Igualdade de Género	2
1.2. Desenvolvimento	3
1.3. Enquadramento Político e Normativo	4
2. Barreiras à Igualdade Género	6
2.1. Violência Baseada no Género.....	7
2.2. Impacto dos Conflitos, Deslocações e Catástrofes Naturais	7
2.3. Educação.....	9
3. Metodologia	11
4. A Missão da Mozambiques: Apresentação	13
4.1. A Bicicleta Como Veículo Para a Educação	14
4.2. Âmbito do Estudo e Participantes	15
4.3. Análise de Conteúdo das Entrevistas Realizadas	17
Conclusão	23
Bibliografia	25
Anexos	28
Anexo 1 – Guião das entrevistas	28
Anexo 2 - Inventariação dos temas com base nas questões do guião de entrevista	29
Anexo 3 - Termo de consentimento informado para a realização de entrevista.....	30

Lista de Quadros e Tabelas

Quadro 1- Instrumentos jurídicos adotados por Moçambique para a igualdade de género

Figura 1- Divisão das participantes por faixa etária

Figura 2 – Tempo de deslocação da habitação até à escola

Figura 3 – Distribuição das respostas à pergunta “Usar uma bicicleta para ir pra a escola faz-te sentir mais segura?”

Figura 4 – Distribuição das respostas à pergunta “Além da deslocação para a escola, usas a bicicleta para te ajudar de mais alguma forma?”

Figura 5 – Distribuição das respostas à pergunta “A bicicleta é usada pela tua família?”

Figura 6 – Distribuição das respostas à pergunta “A bicicleta é usada pela tua família? Alguém mais a usa? Quem? Para quê?”

Introdução

Num mundo pautado por dinâmicas sociais em constante evolução e pela luta por sociedades equitativas, a questão da desigualdade de género constitui um desafio persistente. Deste modo, este Trabalho Final de Mestrado (TFM) pretende explorar a desigualdade de género em Moçambique que, tal como muitos países, debate-se com barreiras multifacetadas à igualdade de género que permeiam vários aspetos da sociedade, desde a política, à legislação e ao acesso à educação. Assim, a questão norteadora do estudo é “De que forma o acesso a bicicletas, proporcionado pela empresa Mozambikes, promove o acesso de raparigas e mulheres à educação, em Moçambique, contribuindo assim para a sua capacitação e uma maior igualdade de género”? Esta questão insere-se no nosso quadro teórico de referência, segundo o qual a capacitação de mulheres permite que, nas respetivas sociedades, elas possam exercer as suas escolhas e participar ativamente na vida social, económica e política (Sen, 2001).

Ao longo dos capítulos seguintes, iremos analisar o quadro político e normativo com foco na questão de género em Moçambique que pode ser verificado no capítulo dois.

No capítulo seguinte, irão ser apresentadas algumas das barreiras que impedem o progresso em direção à igualdade de género, incluindo a violência baseada no género, as ramificações dos conflitos, deslocações e desastres naturais, e as disparidades na educação. No capítulo quatro, faremos uma análise da empresa Mozambikes, que tem como sua génese a doação de bicicletas para colmatar as desigualdades existentes. Este estudo da Mozambikes fornece-nos informações valiosas sobre como abordagens inovadoras podem contribuir para combater a desigualdade de género no que toca à educação das alunas.

No último capítulo, a nível metodológico, este estudo assenta num quadro de investigação qualitativa que compreendeu a realização de entrevistas a 71 alunas no norte de Moçambique, os instrumentos de recolha de dados, os procedimentos de análise dos mesmos e a análise de conteúdo das entrevistas.

A conjugação destes elementos permite-nos obter uma compreensão profunda do panorama da desigualdade de género em Moçambique, culminando, em última análise, na formulação de conclusões essenciais e de vias para a exploração das mesmas.

Ao embarcarmos nesta viagem através da intrincada tapeçaria da desigualdade de género em Moçambique, esforçamo-nos por lançar luz sobre os desafios enfrentados por este país e o potencial transformador de exemplos como a Mozambikes para catalisar a mudança. As constatações e perceções aqui reveladas visam, não só aprofundar a nossa compreensão, mas também contribuir para o diálogo global em curso sobre igualdade de género.

1. Moçambique e a Desigualdade de Género: Enquadramento da Problemática

1.1. Igualdade de Género

As desigualdades podem iniciar-se antes do nascimento e serem acumuladas ao longo da vida do ser humano. A desigualdade de género é um dos problemas mais enraizados no mundo e representa um obstáculo ao desenvolvimento humano (Rojas, s.d).

Ao debruçarmo-nos sobre o conceito de género, podemos ver como um conceito desenvolvido pelos movimentos sociais e intelectuais feministas, o que nos ajuda a compreender como a construção social em torno da assimetria e da hierarquização de papéis sociais e das mulheres está na base de oportunidades de vida diferenciadas e de desvantagens estruturais e transversais vividas pelas mulheres nos mais variados contextos geográficos. Além disso, permite-nos entender como uma sociedade específica, num determinado período histórico, atribui papéis, comportamentos e estatutos a essas identidades. O género é uma ferramenta que nos permite dar sentido às relações de poder desiguais que existem na sociedade, bem como às resistências que são organizadas contra as opressões resultantes dessas relações de poder (Amâncio, 2003; Cunha, 2022).

Neste contexto, é fundamental evitar o risco de abordar o género através de uma perspectiva eurocentrista. Segundo Tamale (2020) o género foi instrumentalizado e explorado no aparato colonial e é relegado para um lugar periférico nas iniciativas contemporâneas de descolonização. As mulheres têm sido sistematicamente omitidas das narrativas históricas, o que leva a uma compreensão distorcida do passado e ao reforço da dominação masculina na sociedade contemporânea.

Deste modo, o feminismo africano deve estar enraizado na cultura e nos valores africanos. Isso não significa que o feminismo africano seja essencialista ou que promova uma única cultura africana. Significa, sim, que o feminismo africano deve ser fundamentado nas experiências específicas das mulheres africanas e é necessário centralizar o género no processo de descolonização (Tamale, 2020).

Os avanços e políticas implementados em Moçambique, que serão abordados no próximo subcapítulo, com o intuito de reformar o paradigma que define o papel das mulheres na sociedade moçambicana foram importantes, mas não suficientes para eliminar as

desigualdades. De acordo com a autora Isabel Casimiro: “Por detrás do mito da igualdade de oportunidades, existe um tratamento desigual, a discriminação sexual, os estereótipos culturais, e a subordinação das mulheres, em casa, no mercado, nos processos de tomada de decisão” (Casimiro, 2015, p. 57).

Adicionalmente, a forte cultura de predominância masculina continua a preservar a posição dominante dos homens e a inibir a maioria das mulheres de ganharem mais autoconfiança económica e independência social (Tvedten, 2010).

1.2. Desenvolvimento

Apesar dos avanços alcançados nos últimos anos, o desenvolvimento continua a ser um desafio crítico em Moçambique. Segundo o mais recente relatório sobre desenvolvimento humano, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de Moçambique em 2021 foi de apenas 0,446, situando o país na categoria de baixo desenvolvimento humano e classificando-o em 185º lugar entre 191 países e territórios (UNDP, 2022). Este valor coloca Moçambique, significativamente, abaixo da média global de 0,732, assim como da média de 0,547 dos países da África Subsaariana e da média de 0,518 dos países com baixo IDH (UNDP, 2022).

No que diz respeito ao Índice de Desenvolvimento de Género¹ (GDI), introduzido em 1995 pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), em 2021, o valor para as mulheres em Moçambique foi de 0,428, contrastando com o valor de 0,464 para os homens. Esta diferença resulta num índice de 0,922, situando Moçambique no grupo quatro (UNDP, 2022). Esta classificação coloca os países em cinco grupos, sendo que os países que fazem parte do primeiro grupo têm um valor mais elevado de Índice de Desenvolvimento de Género. Caso os países pertençam à classificação um, significa que estarão mais próximos da paridade de género. No oposto tendo a classificação cinco, estarão mais afastados da paridade de género (UNDP, 2022). Deste modo, podemos verificar que Moçambique ainda tem um caminho a percorrer para se colocar numa classificação mais elevada.

Quanto ao Índice de Desigualdade de Género² (GII), Moçambique apresenta um valor de 0,527, o que o coloca na 136ª posição entre 170 países, em 2021. Isto indica que Moçambique

¹ GDI: O Índice de Desenvolvimento de Género (GDI) é um indicador composto que avalia a disparidade entre homens e mulheres em quatro áreas-chave: saúde, educação, economia e poder. Um valor mais elevado no GDI indica uma menor desigualdade de género, sinalizando um ambiente mais equitativo em que as diferenças de género são menos pronunciadas.

² GII: O Índice de Desigualdade de Género (GII) é uma métrica que quantifica as disparidades de género, ou seja, a perda no desenvolvimento humano devido à discrepância entre os resultados alcançados por mulheres e homens em três dimensões cruciais: saúde reprodutiva, empoderamento e mercado de trabalho. O GII proporciona uma visão abrangente das áreas onde as desigualdades de género persistem, oferecendo informações valiosas para identificar e abordar áreas críticas de desigualdade de género.

enfrenta uma desigualdade de género moderada, com as mulheres a perderem 53,7% do seu potencial de desenvolvimento humano devido à desigualdade de género (UNDP, 2022).

Na ótica do desenvolvimento, a aplicação da abordagem das capacidades de Amartya Sen desempenha um papel fundamental na promoção da igualdade de género e no avanço do desenvolvimento humano no país. Moçambique, como muitos outros países, enfrenta desafios significativos em relação à igualdade de género, incluindo disparidades educacionais, desigualdades na saúde e limitações no acesso a oportunidades económicas para as mulheres. Este quadro enfatiza a importância de fortalecer as capacidades das pessoas para que possam viver as suas vidas no seu potencial máximo (Sen, 2001). Sen argumenta que focalizar, exclusivamente, no rendimento ou nos recursos materiais é inadequado para compreender e abordar as desigualdades de género. Em vez disso, ressalta a importância de ampliar as capacidades e a capacidade de ação das mulheres como indicadores-chave da igualdade de género (Sen, 2003). As desigualdades de género não se limitam apenas às disparidades no acesso aos recursos e oportunidades, mas também envolvem relações de poder desiguais e normas sociais que limitam as escolhas e ações das mulheres. Essas restrições podem-se declarar de diversas formas, incluindo acesso limitado à educação, cuidados de saúde, participação política e oportunidades económicas.

De acordo com Sen (2001,2003), existe a necessidade de abordar estes aspetos multidimensionais da desigualdade de género. Ao capacitar as mulheres e fortalecer as suas capacidades, as sociedades podem permitir que as mesmas exerçam as suas escolhas e participem plenamente na vida social, económica e política. Essa abordagem reconhece que a igualdade entre homens e mulheres não se resume, apenas, em garantir igualdade de acesso aos recursos, mas também em promover a liberdade, a capacidade de ação e a capacidade de levar uma vida digna e de bem-estar.

1.3.Enquadramento Político e Normativo

De acordo com o Ministério do Género, Criança e Acção Social (2016), um dos principais desafios do país reside na efetiva implementação das leis e estratégias nacionais destinadas a proteger os direitos das mulheres e das raparigas. De facto, existem leis que formalizam a igualdade de género em diversas áreas, mas a sua aplicação prática é muitas vezes insuficiente. Em muitos casos, as mulheres e as raparigas não têm um conhecimento completo dos seus direitos. Além disso, o sistema judiciário não se encontra devidamente sensibilizado para questões de género (Ministério do Género, Criança e Acção Social, 2016). É crucial

destacar que para se construírem sociedades mais justas e inclusivas, onde todas as pessoas, independentemente do género com que se identifiquem, tenham a oportunidade de alcançar o seu pleno potencial.

Ao analisarmos o quadro legal, constatamos a existência de leis criadas para salvaguardar os direitos e promover a igualdade de género. Uma destas leis, é a Lei da Igualdade de Género, de 2007, que estabelece o enquadramento jurídico para a promoção da igualdade de género em Moçambique. Esta lei define a igualdade de género como "igualdade de oportunidades, direitos e deveres entre homens e mulheres".

A Constituição da República de Moçambique de 1975 também consagra o princípio da igualdade de género, afirmando que "todos os cidadãos são iguais perante a lei, sem distinção de raça, etnia, género, religião, opinião política ou convicção filosófica", embora não forneça uma definição explícita do termo discriminação (FIDHL, 2007).

O Plano Nacional de Ação para o Avanço das Mulheres 2010-2014 é o documento de referência para a promoção da igualdade de género em Moçambique, com o objetivo de promover a igualdade de género em todas as esferas da vida, incluindo na educação, na saúde, no emprego e na política.

Em termos de legislação específica, Moçambique possui leis que proíbem a discriminação de género, tais como a Lei da Violência Doméstica de 2009, que proíbe a violência doméstica contra mulheres e crianças, a Lei do Trabalho de 2007, que proíbe a discriminação de género no emprego, e a Lei da Educação de 2007, que proíbe a discriminação de género no acesso à educação (Ministério do Género, Criança e Acção Social, 2016).

Em 2000, foi criado o Ministério de Coordenação da Mulher e Ação Social, que se tornou o Mecanismo de Coordenação Nacional de Género, com a missão de abordar questões de género no país. Em 2015, este ministério teve seu nome alterado para Ministério do Género, Criança e Ação Social, tornando-se a entidade central do governo para políticas e regulamentações de género (Manuel, 2022).

Em 2015, foi aprovada a Estratégia Nacional de Prevenção e Combate aos Casamentos Prematuros (2016-2019), que culminou, posteriormente, com a Lei de Prevenção e Combate aos Casamentos Prematuros de 2019 (Ministério do Género, Criança e Acção Social, 2016).

É no ano de 2018, que se assiste à adoção de importantes instrumentos jurídicos que estão indicados no seguinte quadro:

Quadro 1- Instrumentos jurídicos adotados por Moçambique para a igualdade de género

- Política de Género e a sua Estratégia de Implementação, Aprovada pelo Conselho de Ministros em 2006;
- IV Plano Nacional de Ação para Avanço da Mulher 2018-2024;
- Plano Nacional de Prevenção e Combate à Violência Baseada no Género 2018- 2021;
- Plano Nacional de Ação sobre Mulheres, Paz e Segurança 2018-2022;
- Estratégia de Inclusão do Género no Sector da Saúde 2018- 2023;
- Estratégia de Género no Sector da Educação 2018- 2022.

Fonte: (Manuel, 2022, p. 16)

Finalmente, em 2020, um marco significativo foi a aprovação da Estratégia de Igualdade de Género pelo governo moçambicano para o período de 2020-2024. Esta estratégia enfatiza a necessidade de reforçar a representação igualitária nos órgãos de tomada de decisão, formar funcionários públicos em questões de igualdade de género e destacar a responsabilidade dos homens na promoção da igualdade de género (Manuel, 2022).

Em resumo, pode-se afirmar que Moçambique tem procurado criar um quadro legal mais propício aos direitos das mulheres e à promoção da igualdade de género, incluindo a adoção de estratégias específicas para diferentes setores. No entanto, embora tenha feito avanços significativos em áreas como participação política, educação e saúde em direção à igualdade de género, esses progressos não são uniformes, com notáveis diferenças entre áreas urbanas e rurais, bem como entre as províncias do norte, centro e sul do país. É importante destacar que o potencial desse ambiente favorável é prejudicado por desafios significativos, como a implementação e monitorização insuficientes dos instrumentos legais aprovados, os recursos limitados disponíveis, a falta de capacidade para interpretar e aplicar as leis e a falta de sensibilidade por parte das autoridades responsáveis pela implementação dessas políticas (Ministério do Género, Criança e Acção Social, 2016).

2. Barreiras à Igualdade Género

Para abordar eficazmente o tema da desigualdade de género, é imperativo aprofundar a compreensão das causas subjacentes, das dinâmicas envolvidas e das implicações resultantes dessa desigualdade. Neste capítulo, apresentamos uma análise das principais desigualdades de género prevalentes em Moçambique. Isso inclui a exploração das questões relacionadas com a violência baseada no género, os impactos decorrentes de conflitos, deslocamentos e catástrofes naturais, que têm um impacto direto no acesso à educação.

2.1. Violência Baseada no Género

Apesar dos avanços conquistados e das iniciativas promovidas pelo governo de Moçambique, a problemática da violência de género continua a ser uma questão de extrema relevância no país. A iniciativa *Spotlight*, lançada em 2019, teve, como objetivo central, a erradicação das diversas manifestações de violência contra mulheres e raparigas, abrangendo a violência sexual, o tráfico humano, a exploração laboral e a violência doméstica (UNICEF, 2019). Esta iniciativa surge em resposta a uma realidade alarmante, na qual, aproximadamente ,45,5% das mulheres moçambicanas entre os 15 e os 49 anos já foram vítimas de algum tipo de violência ao longo das suas vidas (Ministério da Saúde, 2021).

O casamento infantil representa uma clara violação dos direitos humanos, contrariando as disposições da Convenção sobre os Direitos da Criança. Moçambique detém uma das taxas mais elevadas de casamento prematuro a nível global, afetando quase uma em cada duas raparigas. De forma preocupante, cerca de 48% das mulheres em Moçambique, com idades entre os 20 e os 24 anos, já se encontravam casadas ou em união antes de completarem os 18 anos, e 14% antes dos 15 anos (UNICEF, 2019). Estes casamentos precoces expõem as raparigas a riscos significativos, aumentando a probabilidade de enfrentarem abusos, violência doméstica e abandono após o matrimónio. É crucial destacar que, o casamento infantil está intrinsecamente ligado à educação, exercendo um impacto negativo sobre as taxas de frequência do ensino primário, ao dificultar o acesso à escola e comprometer a retenção e a conclusão dos estudos pelas alunas (Vicente, 2013).

Adicionalmente, a prostituição infantil emerge como a forma mais disseminada de exploração sexual em Moçambique, especialmente nas áreas urbanas como, Maputo, Nampula, Beira e nas cidades fronteiriças. Nas escolas, a ausência de mecanismos sistemáticos para combater a violência física em ambientes escolares, constitui um desafio significativo (Manuel, 2022).

2.2. Impacto dos Conflitos, Deslocações e Catástrofes Naturais

No contexto de Moçambique, um país suscetível a desastres naturais e desafios relacionados com o clima, a análise da interligação entre a desigualdade de género e as alterações climáticas assume uma importância particular. Ao investigarmos os impactos específicos das alterações climáticas sobre as mulheres e raparigas em Moçambique,

conseguimos uma compreensão mais profunda de como as desigualdades de género preexistentes se entrelaçam com fatores ambientais, ampliando a vulnerabilidade e restringindo as oportunidades de empoderamento das mulheres. Conforme apontado por Seguino (2016), torna-se imperativo alocar recursos e investimentos substanciais em políticas e programas sensíveis ao género, a fim de mitigar os efeitos das crises climáticas no contexto de género.

Desta forma, a igualdade de género e a ação climática estão intrinsecamente ligadas. O clima afeta ambos os géneros, mas não de maneira uniforme. As mulheres e as raparigas são as mais impactadas pelas mudanças climáticas, devido às desigualdades que persistem no acesso a recursos, educação, emprego e tomada de decisão. Quando as mulheres e as raparigas são capacitadas e têm oportunidades iguais, tornam-se mais aptas a contribuir para soluções e a adaptar-se aos impactos das mudanças climáticas (UNDP,2023).

No entanto, existem desafios significativos a serem superados para integrar considerações de género na ação climática. Um dos principais obstáculos é a carência de dados e informações desagregados por género. Além disso, a limitada participação de grupos de mulheres e organizações da sociedade civil nos processos de formulação de políticas relacionadas às mudanças climáticas representa outro desafio substancial (UNDP, 2023).

Nesse contexto, é fundamental estabelecer processos de tomada de decisão inclusivos e participativos que levem em consideração as necessidades, perspetivas e contribuições singulares das mulheres e raparigas. Ao integrar considerações de género nas políticas e estratégias relacionadas com as mudanças climáticas, Moçambique pode aumentar a sua resiliência perante as alterações climáticas e, ao mesmo tempo, promover a igualdade de género (UNPD, 2023).

Durante períodos de conflito, a população civil torna-se particularmente vulnerável, enfrentando uma ampla gama de violência, independentemente do género, idade, nível económico ou de instrução. No entanto, essa violência pode assumir características distintas em cada grupo (Manuel, 2022). As mulheres enfrentam frequentemente violência sexual, exploração e abuso, agravando ainda mais as desigualdades existentes. Além disso, o deslocamento forçado pode resultar na perda de meios de subsistência, interrupções na educação e maior vulnerabilidade à pobreza e marginalização, afetando de forma desproporcionada o género feminino.

O conflito em Cabo Delgado apresenta formas graves de violência de género, incluindo a violação sexual de mulheres por grupos armados. Essas atrocidades representam violações graves dos direitos humanos e causam danos físicos e psicológicos significativos às vítimas. O

conflito forçou uma grande parte da população a abandonar as suas casas em busca de segurança, resultando num número substancial de deslocados internos e refugiados. As mulheres constituem uma parcela significativa desses deslocados, enfrentando desafios adicionais relacionados com a sua segurança, saúde e bem-estar. Como consequência do conflito, há uma redução na produção agrícola, levando a escassez de alimentos e insegurança alimentar. As mulheres representam 65% da população deslocada. Nos locais de acolhimento, estas ficam expostas a um contexto onde são vulneráveis ao tráfico sexual e à violência baseada no género (Manuel, 2022).

2.3.Educação

O direito à educação em Moçambique é garantido pela Constituição moçambicana, conforme estabelecido no seu artigo 88º (República de Moçambique, 1990). Dado que a educação é uma das capacidades mais cruciais para o desenvolvimento humano, torna-se imperativo entender qual é o lugar da educação em Moçambique e como o seu acesso está a ser promovido ou dificultado. Nesse sentido, optou-se por realizar um estudo sobre uma empresa moçambicana que contribui para facilitar o acesso à educação.

Entretanto, segundo o Relatório "Perfil da Igualdade de Género em Moçambique" de 2022, os indicadores educacionais são preocupantes. No que diz respeito ao ensino primário, existem graves lacunas na aquisição de competências, com apenas 4,9% das crianças da terceira classe demonstrando competências de leitura adequadas ao seu nível (Manuel, 2022). Em relação às crianças que concluem o ensino primário, quase dois terços saem da escola sem dominar as competências básicas de leitura, matemática e escrita (USAID, 2023).

A taxa de abandono escolar em Moçambique é alarmante, com mais de metade das alunas a deixar a escola até o quinto ano, enquanto apenas 11% continuam no ensino secundário, e uma mera parcela de 1% prossegue os seus estudos até a universidade (USAID, 2023). Segundo a UNESCO, em 2019 existiam 110.861 meninas em idade de frequentar o ensino primário que não estavam matriculadas, o que contrasta, significativamente, com os 32.478 meninos na mesma situação (World Bank, s.d).

Além disso, como mencionado anteriormente, as mudanças climáticas afetam de maneira desproporcional as mulheres e as raparigas. Devido à tradicional atribuição do trabalho doméstico às mulheres, desde 2016, com a ocorrência de eventos climáticos extremos, observou-se um aumento significativo da carga de trabalho sobre as mulheres. O tempo despendido pelas mulheres para adquirir água aumentou de cinco para 12 horas, o que, por sua

vez, também aumentou a exposição das mulheres à violência baseada em género e comprometeu a educação das raparigas (Manuel, 2022).

No âmbito das políticas, o setor da educação ratificou e implementou uma série de instrumentos legislativos, que desempenham um papel fundamental na promoção ativa da igualdade de género. Esses instrumentos não apenas servem como marcos legais, mas também representam compromissos concretos na direção da equidade de género no sistema educacional (Manuel, 2022). Marcos como a Estratégia de Género para o Setor da Educação e Desenvolvimento Humano (2016-2020) e, o mais recente Plano Estratégico da Educação (PEE 2020-2029), estão em conformidade com as orientações emitidas pelo Comité para a Eliminação da Discriminação contra as Mulheres (CEDAW), em 2019. Estas orientações reconhecem os obstáculos enfrentados por meninas e mulheres no que diz respeito ao acesso à educação e à continuação dos estudos. Portanto, o PEE 2020-2029 apresenta medidas e ações que estão em sintonia com essas recomendações do CEDAW (Manuel, 2022).

De acordo com o relatório anteriormente mencionado estas ações visam especificamente:

- A redução da desistência das alunas, garantindo que elas tenham igualdade de oportunidades na educação;
- A criação de programas e apoios que facilitem a reintegração de jovens que tenham interrompido a sua educação devido à gravidez, permitindo que retomem os estudos;
- Priorizar a promoção da educação de adultos, com foco especial nas mulheres que residem em áreas rurais, visando a inclusão e o desenvolvimento contínuo;
- Implementação de medidas eficazes para prevenir Violência Baseada em Género em ambientes escolares, garantindo que as alunas tenham um ambiente seguro e propício para o aprendizado.

Apesar das iniciativas necessárias e urgentes que verificámos, os investimentos na igualdade de género e na educação necessitam, frequentemente, de um período significativo para produzir resultados económicos substanciais. De acordo com Kabeer & Natali (2013), é possível que leve um período de 25 anos ou até mesmo um período maior, na faixa de 40 a 45 anos, para que os investimentos manifestem mudanças economicamente significativas. Este cenário é especialmente notável em países que enfrentam obstáculos económicos consideráveis, como é o caso de Moçambique.

Depois de analisarmos a conjuntura a nível da educação em Moçambique, é de extrema importância refletir de que forma é feito o seu acesso e que obstáculos existem. Não só é necessário pensar na adesão das meninas à escola, mas sim verificar se o seu acesso é possível e que dificuldades existem. De acordo com Porter (2008), em áreas remotas, regiões com acesso físico limitado ou onde existem restrições culturais à mobilidade das mulheres, o acesso às escolas pode ser influenciado por uma série de fatores. Na África Subariana, dois dos impedimentos frequentemente destacados em diversas pesquisas são a distância considerável até às instituições de ensino e a insuficiência de meios de transporte apropriados, seguros e acessíveis. Muitas vezes, as crianças precisam acordar de madrugada e caminhar longas distâncias para poderem chegar à escola (Bieri, 2020).

Em Moçambique esta realidade é visível dado que muitas vezes as crianças têm de andar até cinco horas para chegarem à escola em estradas pouco seguras (Childfund, 2012). Estas longas distâncias para além de provocarem um impacto elevado ao nível do desgaste físico e condicionar a capacidade de concentração das crianças, existe, ainda, a questão da segurança. O facto de as raparigas caminharem longas distâncias sozinhas ou de madrugada pode levar à insegurança, e muitas famílias, que vivem numa zona remota, preferem retirar as raparigas da escola ou, muitas vezes, não permitem o acesso à escola com medo da violência que podem ser sujeitas (Uteng, 2011). Melhorar o acesso das meninas à educação nessas circunstâncias desafiadoras é essencial para abordar esta disparidade educacional.

3. Metodologia

Como foi apresentado nos capítulos anteriores, a garantia do acesso à educação formal das mulheres detém um papel fulcral para a igualdade de género, o que significa que mais pessoas poderão contribuir para o desenvolvimento e crescimento do país. Na esfera individual acaba por levar ao alívio da pobreza nas famílias das quais as mulheres fazem parte, rompendo também com umas das causas mais gritantes no abandono escolar em Moçambique (Melo & Subuhana, 2020).

Para este trabalho foi considerado pertinente seguir uma metodologia de investigação qualitativa, onde se procurou investigar, mais especificamente, o impacto do acesso a uma bicicleta, proporcionado pela empresa Mozambikes, na melhoria do acesso à educação de jovens raparigas e mulheres matriculadas no sistema de ensino nas localidades de Miezé, Impire, Silva Macuá e Bairro de Mahate, em Moçambique. Foram entrevistadas 71 alunas a

quem foram doadas bicicletas, de modo a possibilitar a recolha direta de informação sobre os respetivos efeitos no acesso à educação.

Relativamente à técnica utilizada para a condução da investigação, escolheu-se a entrevista estruturada dado que possui um grau de profundidade e flexibilidade que nos permite recolher as interpretações das interlocutoras, respeitando os seus próprios quadros de referência – a sua linguagem e as suas categorias mentais (Quivy & Campenhoud, 2008). Durante as entrevistas foi utilizado um guião estruturado com nove perguntas, acompanhado de um termo de consentimento para a utilização dos seus dados; porém, algumas das vezes surgiram perguntas que não se encontravam predefinidas, mas, que para efeito deste estudo, as informações foram recortadas e alguns dados extraídos das entrevistas não se encontram aqui mencionados.

As entrevistas foram gravadas, após consentimento informado, para mais tarde ser possível rever a informação. De acordo com Schwandt (2014), o uso de gravações de entrevistas é uma maneira de preservar a integridade dos dados na pesquisa qualitativa. Segundo Quivy & Van Campenhoudt (2008), durante as entrevistas trata-se de fazer aparecer o maior número possível de elementos de informação e de reflexão, que servirão, posteriormente, para efetuar uma análise de conteúdo temática tanto quantitativa (descritiva) como qualitativa (Bardin, 2016). De acordo com Caregnato & Mutti (2006), a análise de conteúdo pode ser tanto quantitativa quanto qualitativa: nos métodos quantitativos, rastreia-se a frequência de características repetidas no conteúdo do texto; nos métodos qualitativos, considera-se a presença ou ausência de uma característica do conteúdo ou conjunto de características. No decorrer das entrevistas, a recolha da informação foi auxiliada pela plataforma *google docs*, onde já existam categorias pré-definidas que pudessem servir para o campo das respostas e, posteriormente, a sua organização. Assim, ao verificarmos as respostas por parte das alunas verificou-se existir frequência de respostas.

De acordo com Deslandes e Gomes (2007), existem várias opções de unidades de registo para analisar o conteúdo de uma mensagem. Essas unidades estão ligadas aos elementos extraídos ao desconstruir a mensagem completa. Uma dessas opções é considerar a palavra como unidade, o que implica analisar todas as palavras em um texto ou apenas aquelas selecionadas com base no objetivo da análise. Posteriormente, os dados que resultaram das entrevistas foram colocados de forma a analisar o seu conteúdo e a serem segmentados por temas.

Esta escolha baseia-se na contagem de temas ou elementos de significado dentro de uma unidade de codificação previamente definida. No próximo capítulo será apresentada a análise e a discussão dos resultados obtidos por meio das entrevistas.

4. A Missão da Mozambikes: Apresentação

A Mozambikes é uma empresa de carácter social que acredita no poder transformador das bicicletas. Fundada em 2010 por Rui Mesquita e Lauren Thomas, tem como missão fornecer bicicletas de qualidade a pessoas nas zonas rurais de Moçambique, melhorando a mobilidade, o acesso à educação, a cuidados de saúde, o acesso à alimentação e oportunidades no mercado de trabalho (Mozambikes, s.d).

Dada a dificuldade de acesso enfrentada pela população nas suas deslocações diárias, a Mozambikes atende diretamente essa necessidade, tornando a bicicleta mais do que apenas um meio de transporte, uma ferramenta de acesso. Isso, por sua vez, facilita o acesso a cuidados de saúde, água potável, educação, agricultura e, até mesmo, oportunidades de emprego (Mozambikes, s.d.).

Além da doação de bicicletas, a Mozambikes também se dedica à capacitação das pessoas que vivem nas áreas rurais, à formação de técnicos e mecânicos. Dependendo do tipo de doação de bicicletas, existe a possibilidade de ser criado um “Bike Negócios”, que consiste num programa de formação técnica de mecânica de bicicletas e de capacitação para gestão de pequenos negócios dentro da comunidade que recebe a bicicleta. Este programa tem como principal objetivo a criação de um pequeno negócio voltado para a reparação e venda de peças de bicicletas. O acesso é gratuito e possibilita a geração de rendimentos adicionais, dado que é possível incorporar com outros negócios ou então criar um negócio de bicicletas de raiz. Posteriormente à formação, existe a implementação de uma oficina, com a entrega de um kit de ferramentas para o arranjo das bicicletas e uma lista de locais onde é possível adquirir peças para revenda na oficina. Deste modo, é promovida a capacitação através desta formação e o acesso a peças a um custo menor torna-se acessível à comunidade.

É essencial ressaltar que a estrutura da empresa não se alinha com a regulamentação moçambicana para empresas sociais com fins lucrativos, uma vez que não existe uma legislação específica que abranja esse tipo de empreendimento designado como "for-profit social". Como resposta a essa limitação legal, durante um dos encontros no decorrer da viagem, com um dos fundadores da Mozambikes, Rui Mesquita, manifestou a intenção de redesenhar a natureza da empresa, querendo-a converter numa Organização não Governamental para o Desenvolvimento

(ONGD) num futuro próximo. Esta mudança visa simplificar a obtenção de financiamento, possibilitar que a Mozambikes participe em mais concursos e solicite apoios financeiros para os seus projetos. Com essa reconfiguração, a empresa almeja tornar o seu propósito ainda mais eficiente e assegurar a sua durabilidade no apoio às comunidades locais (Mozambikes, s.d.). Importa salientar que a Mozambikes atua muitas vezes em cooperação com a HELPO, doando bicicletas a pedido da HELPO. A HELPO é uma ONGD que atua em vários países, nomeadamente em Moçambique, com vários projetos, e alguns deles vocacionados para a educação.

4.1.A Bicicleta Como Veículo Para a Educação

A Mozambikes está envolvida em diversos projetos direcionados para atender a necessidades específicas dentro da comunidade. Os projetos abrangem uma variedade de iniciativas que beneficiam comunidades rurais, ativistas dedicadas a apoiar a nutrição de mães e recém-nascidos, orfanatos e projetos voltados para garantir a educação das alunas. É sobre este último ponto que este estudo se debruça, investigando se a posse de uma bicicleta pode efetivamente promover e facilitar o acesso à educação e capacitação de jovens raparigas, contribuindo para a promoção de uma maior igualdade de género em Moçambique.

O projeto direcionado exclusivamente para as alunas tem como objetivos primordiais, apoiar as raparigas para que não abandonem a escola e que estejam presentes na mesma de forma regular. Devido à escassez de opções de transporte e às longas distâncias que precisam percorrer, muitas alunas acabam por desistir da escola. Esta desistência encontra-se espelhada no enquadramento teórico que foi demonstrado no primeiro capítulo. Este desafio é agravado pela falta de recursos financeiros suficientes para enfrentar essas dificuldades.

Muitas vezes, as alunas vêem-se obrigadas a colocar as suas próprias vidas em risco, iniciando a jornada para a escola de madrugada, muitas vezes no escuro, com o objetivo de chegar à escola a tempo e evitar faltas de presença (Mozambikes, s.d.).

Portanto, a expectativa com a doação das bicicletas é que as alunas ganhem confiança em si próprias e consigam prosseguir com os seus estudos. Além disso, as bicicletas podem otimizar o tempo que despendem em tarefas diárias, como trabalhar na machamba³, recolher água e lenha. Deste modo, as bicicletas permitem que as alunas ganhem tempo, tempo esse que

³ [Moçambique] Terreno agrícola. "machamba", in Dicionário Priberam da Língua Portuguesa [em linha], 2008-2023, <https://dicionario.priberam.org/machamba>. Fonte: (Priberam, s.d).

idealmente poderá ser dedicado aos estudos, contribuindo para uma educação mais acessível e de qualidade (Mozambikes, s.d.).

Assim, o intuito foi de prosseguir com a investigação de modo a responder à questão inicial de pesquisa, “De que forma o acesso a bicicletas, proporcionado pela empresa Mozambikes, promove o acesso de raparigas e mulheres à educação, em Moçambique, contribuindo assim para a sua capacitação e uma maior igualdade de género”.

4.2. Âmbito do Estudo e Participantes

Para responder à questão de investigação definida para este estudo, foi inicialmente elaborado um guião estruturado de entrevista que consistia num conjunto de nove perguntas específicas (verificar anexo dois).

No mês de maio de 2023, foram realizadas uma série de visitas a escolas no norte de Moçambique, para conduzir entrevistas com o objetivo de avaliar os efeitos do uso das bicicletas por estudantes do sexo feminino no acesso à educação. O estudo envolveu um total de 71 alunas, todas matriculadas nas escolas com as quais a organização HELPO estabeleceu previamente um protocolo para a distribuição das bicicletas. Para tal, foram realizadas viagens de pesquisa ao longo de um período de oito dias, com o foco nas áreas da província de Nampula, especificamente, nas localidades de Natoa e Anchilo. Estas viagens permitiram uma imersão direta nas comunidades e escolas onde o estudo foi conduzido, proporcionando um entendimento mais profundo das experiências das alunas em relação ao uso das bicicletas e o seu impacto no acesso à educação. Foi assim possível abranger diversas comunidades e escolas nas seguintes localidades:

- Na comunidade de Miezé, as entrevistas foram conduzidas na Escola Secundária Comunitária Pe Atánasio Mwitú;
- Na comunidade de Impire, as entrevistas ocorreram na Escola Secundária Metuge;
- Na comunidade de Silva Macua, as entrevistas foram realizadas na Escola Secundária Comunitária de Metoro;
- No Bairro de Mahate, as entrevistas foram conduzidas na Escola Primária Completa de Mahate e na Escola Primária Completa de Carlos Lwanga.

Esta diversidade geográfica permite uma análise dos efeitos da posse de bicicletas nas vidas das alunas em várias comunidades e ambientes educacionais em Moçambique. A

diversidade de contextos oferece uma visão mais completa dos desafios enfrentados pelas alunas em diferentes regiões e fornece uma base sólida para avaliar os impactos das bicicletas no percurso da vida educacional.

Todas as entrevistas foram conduzidas de forma individual e presencial. Esta abordagem proporcionou um ambiente propício para que as alunas compartilhassem as suas experiências e perspetivas de maneira detalhada e reflexiva. A natureza estruturada, embora relativamente flexível, das entrevistas permitiu uma exploração aprofundada dos tópicos em questão, ao mesmo tempo que proporcionou flexibilidade para que as participantes expressassem as suas opiniões e vivências de forma mais ampla.

Antes de serem iniciadas as entrevistas, foi explicado o objetivo do estudo e cada aluna participante leu e assinou o modelo de consentimento informado, conforme documentado no anexo um deste estudo. A duração média de cada entrevista foi de, aproximadamente 25 minutos, e todas as entrevistas foram gravadas após a obtenção do consentimento de cada aluna. O registo em áudio permitiu uma análise mais precisa das respostas e contribuiu para a integridade e precisão dos dados recolhidos.

As idades das alunas variam significativamente, tendo a mais jovem apenas oito anos e a mais velha atingindo 30 anos. A média de idades das participantes é de aproximadamente 17,8 anos. É de salientar que todas as participantes do estudo são do sexo feminino.

O envolvimento dessas alunas no estudo é de grande importância, pois elas representam um grupo diversificado em termos de faixa etária, refletindo diferentes estágios de desenvolvimento educacional e experiências de vida. Isto permitirá uma análise abrangente dos impactos da posse de bicicletas em várias dimensões das suas vidas e educação. No quadro seguinte é possível verificar a divisão das participantes por faixa etária.

Figura I: Caracterização das entrevistas em função da faixa etária

Faixa Etária	Frequência	Percentagem
8-9 anos	1	1,41%
10-19 anos	54	76,00%
20-29 anos	15	21,13%
30-39-anos	1	1,41%
Total	71	100%

4.3. Análise de Conteúdo das Entrevistas Realizadas

As categorias de registo foram desenvolvidas de acordo com os grupos de questões presentes no guião de entrevistas (consultar anexo dois). Além disso, foram criados temas relacionados com cada grupo de questões. Após a análise das entrevistas, as categorias originalmente definidas permaneceram intactas.

A abordagem de análise de conteúdo permitiu uma organização sistemática dos dados compilados e facilitou a identificação de alguns padrões relevantes relacionados ao uso das bicicletas e seu impacto no acesso à educação por parte das alunas. A organização e análise do conteúdo correspondeu aos seguintes temas:

- Experiência em andar de bicicleta
- Acesso à escola e permanência na mesma
- Segurança
- Utilização da Bicicleta em Outros Contextos
- Apoio à família

O primeiro tema “Experiência em andar de bicicleta” analisado, foi sugerido pela Mozambikes, para verificar se a maior parte das alunas, quando recebe a bicicleta, já sabe andar na mesma. Este indicador ajuda a Mozambikes a entender se é necessário investir mais em formação para andar de bicicleta em segurança. Com base nas respostas fornecidas, a maioria das alunas já sabia andar de bicicleta antes de a receber, sendo que 42 alunas já sabiam andar de bicicleta antes e 29 alunas não sabiam.

No que toca ao tema “Acesso à escola e permanência na mesma”, foi efetuada a contabilização do tempo diferencial que reside entre o antes e depois da receção da bicicleta. Nesse sentido, foi pedido às alunas, no decorrer da entrevista, que se colocassem no espaço temporal antes de rececionarem a bicicleta e depois de a terem adquirido. Esta questão foi um pouco complexa e desafiante, devido às próprias alunas não terem uma perceção real do tempo a nível de contabilização.

Deste modo, foi-lhes pedido para se recordarem a que horas, normalmente, saem de casa antes de terem obtido a bicicleta e a que horas deixam a casa atualmente. Esta contabilização é feita somente uma vez não recorrendo à volta para casa depois da escola.

Tempo a pé antes de receber a bicicleta (minutos):

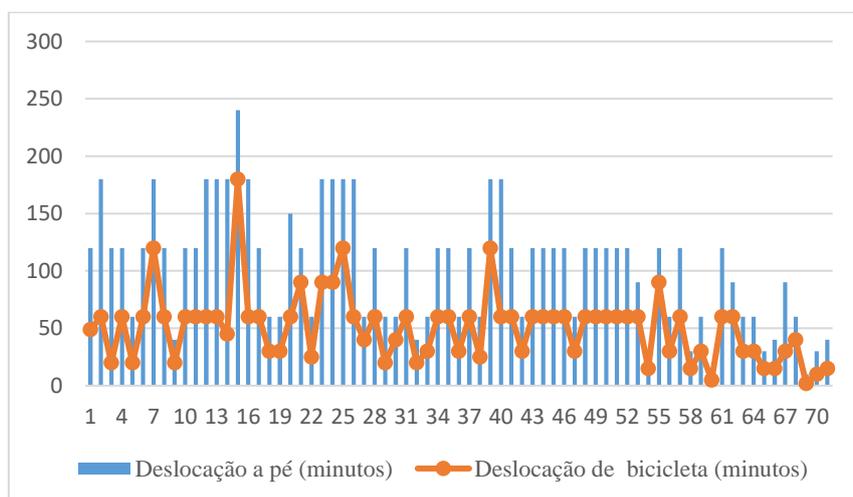
- Média: 104 minutos
- Mínimo: 10 minutos
- Máximo: 240 minutos
- Mediana (tempo do meio): 120 minutos

Tempo de deslocação após receberem a bicicleta (minutos):

- Média: 50 minutos
- Mínimo: 2 minutos
- Máximo: 180 minutos
- Mediana (tempo do meio): 60 minutos

Deste modo, é possível verificar que as alunas que receberam bicicletas experimentaram uma redução marcante no tempo de deslocação para a escola. A média diminuiu de 104 minutos a pé para 50 minutos de bicicleta. Na seguinte figura é possível verificar a contabilização do tempo a pé por cada aluna em minutos de casa para a escola, versus o tempo de deslocação em bicicleta.

Figura 2 - Tempo de deslocação da habitação até à escola



No que toca à pergunta “*Ter uma bicicleta tornou mais fácil para ti chegar à escola a tempo?*”, 68 alunas indicaram que sim e três alunas indicaram que não. No decorrer das entrevistas, as alunas indicaram que o facto de não terem de se levantar tão cedo, nem de percorrerem distâncias tão longas faz com que sejam mais pontuais e consigam chegar à escola a tempo.

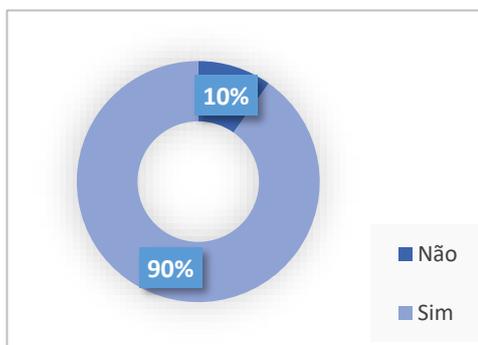
Nas entrevistas pretendeu-se verificar se o uso da bicicleta tinha influência na assiduidade escolar e combater o abandono escolar. De acordo com as respostas, 64 alunas indicaram que não costumavam faltar antes de terem recebido a bicicleta, contrapondo as restantes sete alunas que indicaram que costumavam faltar antes de terem recebido a bicicleta. Questionou-se se depois de terem recebido a bicicleta se houve alteração na assiduidade e das sete alunas que indicaram que costumavam faltar, seis delas indicaram que já não faltam às aulas. A aluna que indicou que ainda continua a faltar explicou que a sua bicicleta foi roubada recentemente e que teve consequências negativas no seu desempenho escolar.

No decorrer das entrevistas explorou-se a ideia do abandono escolar e que efeito tinha o facto de possuir uma bicicleta. As alunas indicaram que as distâncias percorridas para irem à escola eram tão longas que sentiam desgaste físico e muitas vezes, por uma questão de segurança, não conseguiam deslocar-se pé e iam de chapa⁴. No entanto, o chapa tem um custo associado que muitas vezes as alunas não conseguiam cobrir, custo esse que as obrigava muitas vezes a faltar às aulas e que condicionava o desempenho na escola e, por sua vez, poderia levar ao abandono escolar.

Relativamente ao tema da segurança, na deslocação da habitação para a escola, muitas alunas indicaram que o facto de terem de se levantar cedo, muitas vezes de madrugada, e de o caminho ser bastante acidentado e com muito capim, levava a um elevado sentimento de insegurança. Várias alunas indicaram que o caminho “(...) *é muito perigoso, há muitos bandidos e marginais (...)*” e que o facto de terem uma bicicleta proporcionava uma segurança muito grande. No que toca às respostas dadas, 64 alunas indicaram que o uso da bicicleta as faz sentir mais seguras, e sete responderam que não se sentem mais seguras ao utilizar uma bicicleta. Estas respostas vão de encontro ao apurado pelo enquadramento teórico relativamente à educação onde verificou-se que o tema da insegurança persiste pois muitas vezes as alunas têm de caminhar longas distâncias sozinhas, principalmente em comunidades rurais. Para combater a longa distância de casa a escola, a viagem tem de iniciar-se de madrugada para não existirem atrasos na chegada à escola.

⁴ Veículo privado de transporte coletivo de passageiros (ex.: fez sinal para a chapa parar)."chapa", em Dicionário Priberam da Língua Portuguesa [em linha], 2008-2023. Fonte: (Priberam, s.d).

Figura 3 – Distribuição das respostas à pergunta “Usar uma bicicleta para ir para a escola faz-te sentir mais segura?”



Sendo que o principal objetivo das doações das bicicletas é a facilitação da deslocação das alunas para a escola desde as suas casas, pretendeu-se verificar se as alunas utilizavam a bicicleta para mais atividades no seu quotidiano e quais eram as atividades que realizavam com a bicicleta. De acordo com o tema “Apoio noutras atividades do quotidiano”, foi verificado que as principais atividades do uso da bicicleta são *a deslocação ao mercado para a compra de alimentos, a visita a familiares e amigos e a ida ao Hospital.*

Figura 4 – Distribuição das respostas à pergunta “Além da deslocação para a escola, usas a bicicleta para te ajudar de mais alguma forma?”

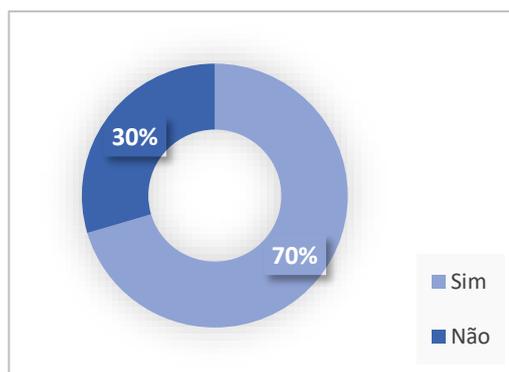
Uso da Bicicleta para além da deslocação para a escola	Frequência das menções
Mercado	46
Visita a Familiares e amigos	40
Hospital	35
Passear	26
Recolha de água/lenha/milho	16
Trabalhar na Machamba	13
Recolha de alimentos na machamba	6
Ir ao rio lavar roupa	5
Recados familiares	2

Relativamente ao uso da bicicleta para atividades fora da escola, 49 alunas indicaram que o uso da bicicleta não proporcionou mais tempo para atividades fora da escola. Das 71 alunas, 15 indicaram que a bicicleta ajudou a ter mais tempo para praticar atividades desportivas, nomeadamente o futebol, e sete alunas indicaram que tinham mais tempo para praticar atividades como a dança.

Os dados sugerem que a maioria das alunas não sentiu que o uso das bicicletas lhes proporcionou mais tempo para atividades fora da escola, enquanto algumas mencionaram desporto e dança como atividades adicionais que foram possíveis devido ao uso da bicicleta.

Por fim, de acordo com o tema “Apoio à família”, as respostas acerca do uso da bicicleta por membros da família, as alunas indicaram que era uma prática comum, sendo que das 71 inquiridas, 50 cedem a bicicleta à família e os restantes 21 não cedem as bicicletas.

Figura 5 – Distribuição das respostas à pergunta “A bicicleta é usada pela tua família?”



No que toca às atividades em que os familiares utilizam a bicicleta, no decorrer das entrevistas algumas das alunas indicaram que cedem maioritariamente aos irmãos e às irmãs para poderem ir à escola e que trocam a bicicleta no mesmo dia. De acordo com o apuramento dos dados transformados na tabela, é possível verificar que a escola é a segunda atividade mais referenciada, com 13 menções. A utilização de bicicletas por membros família, nomeadamente irmãos e irmãs facilita o acesso à sua educação o que poderá levar a uma maior continuação dos seus estudos. Esta utilização da bicicleta pelos familiares poderá ser considerada positiva, permitindo a que outros membros da família participem em atividades domésticas, podendo contribuir para uma redistribuição mais equitativa das tarefas domésticas, promovendo a igualdade de género. Como já vimos anteriormente o trabalho doméstico recai maioritariamente no género feminino.

Figura 6 – Distribuição das respostas à pergunta “A bicicleta é usada pela tua família? Alguém mais a usa? Quem? Para quê?”

Uso da Bicicleta por familiares por finalidade	Frequência das menções
Mercado	11
Visita a Familiares e amigos	11
Hospital	12
Escola	13
Passear	14
Recolha de água/lenha/milho	4
Trabalhar na Machamba	7
Recolha de alimentos na machamba	2
Ir ao rio lavar roupa	3
Tratar de documentação	1
Vender produtos da machamba no mercado	1
Trabalho	3
Acompanhar à escola	1

No que toca a pistas futuras, no decorrer das entrevistas efetuadas, muitas das alunas mostraram preocupação pela sua bicicleta no que toca ao seu funcionamento. Algumas das peças não funcionavam, precisavam de reparação ou da sua substituição integral. Ao serem questionadas acerca do porquê de não procederem à reparação ou aquisição de peças, muitas alunas indicaram que não tinham meios financeiros para proceder à sua reparação. Esta situação levanta preocupação, relativamente à sustentabilidade do projeto, dado que o não uso da bicicleta implica voltar a percorrer, novamente, a distância de casa à escola a pé, com todas as consequências que isso lhes poderá trazer. Deste modo, a preocupação com o funcionamento das bicicletas das alunas e a falta de recursos para restaurações ou substituições de peças é uma questão crítica que precisa de ser endereçada para garantir a sustentabilidade do projeto da empresa Mozambikes. Uma das alternativas para garantir o funcionamento contínuo das bicicletas seria a criação de um fundo de assistência para reparações, de modo a apoiar as alunas que não têm meios económicos suficientes para procederem à reparação das bicicletas.

Conclusão

Esta dissertação procurou contribuir para os estudos sobre Género e Desenvolvimento sobre Moçambique, cruzando as temáticas do desenvolvimento e as barreiras à igualdade de género. De modo a combater esta desigualdade, é fundamental garantir o acesso das raparigas e mulheres à educação formal.

Moçambique possui um quadro legal e político que promove a igualdade de género, no entanto, a implementação eficaz dessas leis e política, ainda, é um desafio. As barreiras à igualdade de género em Moçambique são complexas e multifacetadas. Estas incluem a violência baseada no género, as ramificações dos conflitos, deslocações e desastres naturais, bem como as disparidades na educação. Embora o governo de Moçambique esteja ciente das dificuldades no acesso à educação, especialmente para as mulheres, conforme estabelecido no Plano Estratégico da Educação (PEE 2020-2029), este, ainda precisa ser repensado e transformado numa das principais preocupações do país. É fundamental aumentar e aprimorar as medidas destinadas a promover a igualdade de género no acesso à educação e garantir que todas as crianças, independentemente do género, tenham iguais oportunidades.

Relativamente ao tema sobre a experiência em andar de bicicleta, foi verificado que a maior das alunas já sabia andar de bicicleta, das 71 alunas, 42 alunas já sabiam conduzir uma bicicleta contrapõe com as estantes 29 alunas que não tinham experiência em andar de bicicleta

No que toca ao acesso à escola e permanência da mesma, verificou-se que o uso da bicicleta diminui de forma considerável o tempo percorrido de casa para a escola; o tempo médio diminui de 104 minutos a pé para 50 minutos de bicicleta. Relativamente à pontualidade, 68 alunas do total de 71 indicaram que o uso da bicicleta facilitou a sua pontualidade. Com o uso das bicicletas para a deslocação à escola, foi possível verificar que das sete alunas que faltavam, seis delas deixaram de faltar, sendo que a única aluna que ainda falta justifica-se com o roubo da sua bicicleta. As razões que levavam às faltas das alunas prendiam-se com as despesas económicas de deslocação (chapa) e o caminho que percorriam que por vezes era longo e inseguro.

No tema da segurança sobre a deslocação das alunas para a escola, 64 alunas indicaram sentirem-se mais seguras com o uso da bicicleta dado que não necessitam de se levantar tão cedo, o que ocorria muitas vezes de madrugada.

De acordo com o uso da bicicleta em atividades do quotidiano, verificámos que as principais atividades são deslocação ao mercado, visita a familiares e o acesso ao hospital. No

seguimento desta questão, verificámos que o uso da bicicleta não traz um grande impacto no aumento de tempo para atividades extracurriculares, pois apenas 15 alunas indicaram ter mais tempo com o uso da bicicleta.

Por fim, conclui-se que mais de metade das alunas (50) cedem a bicicleta a familiares, principalmente a irmãos e irmãs para que estes possam também ir à escola. As atividades principais dos familiares das alunas são passear, deslocação para a escola e acesso ao hospital.

Em conclusão, com base na pesquisa realizada sobre Moçambique, é evidente que ainda há um longo percurso a percorrer em direção à igualdade de género. Iniciativas como o projeto de distribuição de bicicletas da Mozambikes oferecem uma alternativa viável para que as crianças tenham acesso à educação formal. Projetos dedicados, especificamente, às alunas reconhecem a necessidade de encarar os desafios que estas enfrentam para terem acesso à educação.

Bibliografia

- Amâncio, L. (2003). O género no discurso das ciências sociais. *Análise Social*, 38(168), 687–714.
- Bardin, L. (2016). *Análise de Conteúdo*. Almedina Brasil. São Paulo, Brasil.
- Bieri, D. (2020). *Influence of a bicycle on the perceived well-being of female students* (Doctoral dissertation). University of Basel.
- Caregnato, R. C., & Mutti, R. (2016). *Pesquisa qualitativa: análise de discurso versus análise de conteúdo*. *Texto & Contexto - Enfermagem*, 15(4), 689-684.
- Casimiro, I. M. (2015). *Movimentos sociais e movimentos de mulheres em Moçambique. A Ciência ao Serviço do Desenvolvimento? Experiências de Países Africanos Falantes de Língua Oficial Portuguesa* (pp. 51-66).
- Childfund. (9 de Maio de 2012). *Schools for Mozambique*. <https://www.childfund.org/stories-and-news/2012/september/schools-for-mozambique/>
- Cunha, T. (2021). *Derrotando o Monstro das Três Cabeças: Uma Reflexão Feminista sobre o Género*. Friedrich-Ebert-Siftung.
- Deslandes, S. F., & Gomes, R. (2007). *Pesquisa Social: Teoria, Método e Criatividade* (26ª ed.). (M. C. Minayo, Ed.) Petrópolis. Brasil.
- FIDH. (2007). *Direitos de Mulher no Moçambique, Dever de terminar práticas ilegais*. Nova Iorque. <https://www.fidh.org/IMG/pdf/mz042008p.pdf>
- Manuel, S. (2022). *Perfil de Igualdade de Género de Moçambique*. Maputo. Ministério do Género, Criança e Acção Social. <https://mozambique.un.org/pt/210656-perfil-de-igualdade-de-g%C3%A9nero-de-mo%C3%A7ambique>
- Melo, C. d., & Subuhana, C. (2020). *O Acesso à Educação como Forma Alternativa às Desigualdades de Género em Moçambique*. *Revista África e Africanidades*, Ano XIII. <https://africaeaficanidades.com.br/documentos/0050082020.pdf>
- Ministério da Saúde. (2021). *Relatório de Actividades na Área da Violência Baseada no Género (VBG)*. República de Moçambique.
- Ministério do Género, Criança e Acção Social. (2016). *Perfil de Género de Moçambique*. Maputo, República de Moçambique. <https://www.mgcas.gov.mz/index.php/documentos/publicacoes-estudos/genero/perfil-de-genero-de-mocambique>
- Mozambikes. (s.d). *A Nossa História*. Maputo, Moçambique. <https://mozambikes.com/sobre-nos/#who-are-we>

- Natali, L., & Kabeer, N. (2013). Gender Equality and Economic Growth: Is there a Win-Win?. *IDS Working Papers* (417), 1-58. <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/j.2040-0209.2013.00417.x>
- Porter, G. (2008). Transport Planning in Sub-Saharan Africa II: Putting Gender Into Mobility and Transport Planning in Africa. *Progress in Development Studies* 8(3), 281-289. <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/146499340800800306>
- Priberam. (s.d.). Dicionário Priberam da língua portuguesa. Obtido em 9 de Setembro de 2023, de <https://dicionario.priberam.org/>
- Quivy, R., & Campenhoudt, L. V. (2008). *Manual de Investigação em Ciências Sociais: Trajectos*. Gravida.
- República de Moçambique. (1990). Constituição da República de Moçambique. Maputo. Obtido em 9 de Setembro de 2023, de https://www.stj.pt/wp-content/uploads/2018/01/mocambique_constituicao.pdf
- Rojas, C. M. (9 de Setembro de 2023). *Sistema de Información de Tendencias Educativas en América Latina*. Educação e Género. https://siteal.iiep.unesco.org/pt/eje/educacion_y_genero#educaao-e-genero-introduao-por-que-um-foco-em-genero-e-educaao
- Schwandt, T. (2014). *The SAGE Dictionary of Qualitative Inquiry*. SAGE Publications.
- Seguino, S. (2016). *Financing dor Gender Equality in the Context of the Sustainable Development Goals*. New York: UN Women.
- Sen, A. (2001). *Development as Freedom*. Oxford Paperbacks.
- Tamale, S. (2020). *Decolonization and Afro-Feminism*. Daraja Press. Ottawa, Canada.
- Tvedten, I. (2010). *Género e Pobreza em Moçambique*. Bergen: CMI. <https://www.cmi.no/publications/3813-genero-e-pobreza-em-moambique#author-details>
- UNDP. (8 de Setembro de 2022). *Human Development Summary Capturing Achievements in the HDI and Complementary Metrics that Estimate Gender Gaps, Inequality, Planetary Pressures and Poverty*. <https://hdr.undp.org/data-center/specific-country-data#/countries/MOZ>
- UNDP. (28 de Fevereiro de 2023). *What Does Gender Equality Have To Do With Climate Change?*. <https://climatepromise.undp.org/news-and-stories/what-does-gender-equality-have-do-climate-change>

- UNICEF. (2019). *Casamento Prematuro em Moçambique*.
<https://www.unicef.org/mozambique/casamento-prematuro-em-mo%C3%A7ambique>
- USAID. (14 de Fevereiro de 2023). *Education: Moçambique*.
<https://www.usaid.gov/pt/mozambique/education>
- Uteng, T. P. (2011). *Gender and Mobility in The Developing World*. World Bank.
- Vicente, J. G. (2013). Prematuridade e Responsabilidade Familiar das Raparigas Moçambicanas. *Revista Húmus* 3(8), 1-15.
<https://core.ac.uk/download/pdf/233155275.pdf>
- World Bank. (s.d). *Education Statistics (EdStats): Mozambique*.
<https://datatopics.worldbank.org/education/country/mozambique>

Anexos

Anexo 1 – Guião das entrevistas

- 1) Sabias andar de bicicleta antes?
- 2) Quanto tempo demoravas a pé para chegar à escola? (km ou minutos)
- 3) Quanto tempo demoras agora de bicicleta para ir para a escola? (km ou minutos)
- 4) Ter uma bicicleta tornou mais fácil para ti chegar à escola a tempo?
- 5) Costumavas faltar à escola só porque a viagem era difícil? Já faltaste algum dia por esse motivo desde que tens a bicicleta? (não contar com faltas em dias que estava doente)
- 6) Usar uma bicicleta para ir para a escola faz-te sentir mais segura?
- 7) Além da deslocação para a escola, usas a bicicleta para te ajudar de mais alguma forma?
- 8) O uso da bicicleta ajudou-te a ter mais tempo para atividades fora da escola? (música, dança, desporto, atividades culturais)
- 9) A bicicleta é usada pela tua família? Alguém mais a usa? Quem? e para quê?

Anexo 2 - Inventariação dos temas com base nas questões do guião de entrevista

Pergunta	Tema Correspondente
1) Sabias andar de bicicleta antes?	Experiência em andar de bicicleta
2) Quanto tempo demoravas a pé para chegar à escola? (km ou minutos)	Acesso à escola e permanência na mesma
3) Quanto tempo demoras agora de bicicleta para ir para a escola? (km ou minutos)	Acesso à escola e permanência na mesma
4) Ter uma bicicleta tornou mais fácil para ti chegar à escola a tempo?	Acesso à escola e permanência na mesma
5) Costumavas faltar à escola só porque a viagem era difícil? Já faltaste algum dia por esse motivo desde que tens a bicicleta? (não contar com faltas em dias que estava doente)	Acesso à escola e permanência na mesma
6) Usar uma bicicleta para ir para a escola faz-te sentir mais segura/o?	Segurança
7) Além da deslocação para a escola, usas a bicicleta para te ajudar de mais alguma forma?	Utilização da Bicicleta em Outros Contextos
8) O uso da bicicleta ajudou-te a ter mais tempo para atividades fora da escola? (música, dança, desporto, atividades culturais)	Utilização da Bicicleta em Outros Contextos
9) A bicicleta é usada pela tua família? Alguém mais a usa? Quem? e para quê?	Apoio à família

Anexo 3 - Termo de consentimento informado para a realização de entrevista

Termo de consentimento

Declaro que concordo em participar na pesquisa referente ao trabalho final de mestrado intitulado: “Acesso à educação para a igualdade de género, o estudo de caso na empresa Mozambikes” desenvolvido pela aluna Joana Sílvia Neto Cerqueira Bastos, aluna do Mestrado em desenvolvimento e Cooperação Internacional do Instituto Superior de Economia e Gestão (ISEG) da Universidade de Lisboa, orientada pela Prof.^a Doutora Sara Falcão Casaca.

Os objetivos da presente pesquisa são estritamente académicos que, em linhas gerais, se propõe a avaliar o impacto do uso da bicicleta para um melhor acesso à educação, promovendo desde modo a igualdade de género através da empresa Mozambikes. A utilização da informação disponibilizada está sujeita às normas éticas da investigação envolvendo seres humanos, respeitando o Código de Conduta e Boas Práticas da Universidade de Lisboa - DR Série 2, n.º 111, de 6 de setembro de 2015 e o Regulamento (UE) do Parlamento Europeu e do Conselho da Resolução 2016/679, de 27 de abril de 2016, relativa à proteção das pessoas singulares, ao tratamento de dados pessoais e à livre circulação desses dados.

A colaboração será feita por meio de participação em entrevista que será realizada pessoalmente a partir da assinatura do presente documento. A informação coletada será anonimizada, não se revelando os nomes ou qualquer dado que identifique as entrevistadas.

Declaro que participo voluntariamente, sem aceitar qualquer incentivo financeiro ou qualquer ônus, com o único propósito de contribuir para o sucesso deste estudo.

Nome:

Documento de identificação:

Data: _____